

CONSOLIDAÇÃO DA PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS - PLENÁRIA GERAL					
ID	Eixo	GT	Descrição da Proposta	Total	Código da proposta
1	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	39 - Financiamento e Fundos Ambientais	Garantir a destinação de no mínimo 5% do orçamento dos entes da Federação (União, Estados e Municípios), em face da emergência climática, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, com ênfase nas ações de gestão, fiscalização, restauração florestal e educação ambiental e climática.	352	5.13.2
2	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	35 - Educação Ambiental Formal	Implementar a educação ambiental decolonial crítica e transformadora como prática integrada, contínua e permanente em todos níveis e modalidades de ensino, de forma inter e transdisciplinar e conectada aos territórios, integrada a temas como historicidade, justiça social e climática, racismo ambiental, saberes tradicionais, mitigação, adaptação, consumo consciente, cultura oceânica e saúde única.	247	5.3.1, 5.3.5 e 5.3.18 AB
3	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	12 - Engajamento Comunitário e Defesa Civil	Fortalecer as brigadas florestais, por meio da criação de um Sistema Nacional de Brigadas populares, voluntárias, independentes e comunitários com brigadistas formados e capacitados permanentemente em prevenção, combate a incêndios, garantindo recursos orçamentários e atuação contínua, através de parcerias municipais, estaduais, federais e setor privado.	220	2.3.1.P
4	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	41 - Animais Silvestres e Domésticos	Criar política nacional sobre os direitos dos animais, incluindo a proteção em desastres climáticos, prevendo a instituição de conselho específico paritário e fundo com dotação própria voltado para resgate, reabilitação, formação de equipes especializadas e apoio a instituições públicas e privadas envolvidas no manejo ético destes animais.	217	5.8.4C
5	Eixo III - Justiça Climática	23 - Saúde, Educação e Segurança Alimentar	Criar o Programa Nacional de Justiça Climática que promova ações equitativas de adaptação e mitigação, garantindo segurança alimentar, habitação sustentável e soluções baseadas na natureza, especialmente para populações vulnerabilizadas, incluindo fundos municipais de emergência, proteção a defensores de direitos humanos e ambientalistas e apoio psicossocial, assegurando ampla participação social.	190	3.8.12.D
6	Eixo III - Justiça Climática	22 - Contrapartidas, Compensação Socioambiental e Responsabilidade Ambiental	Implementar, através da lei, taxação progressiva sobre grandes fortunas, para financiar políticas climáticas, promovendo adaptação, segurança alimentar e redução de desigualdades em comunidades vulnerabilizadas, com foco na preservação ambiental e em projetos de reabilitação dos animais.	182	3.4.12
7	Eixo I - Mitigação	1 - Agricultura Sustentável e Sistemas Agroflorestais	Fomentar a agricultura sustentável e regenerativa em todo o país, priorizando a agricultura familiar e a regularização fundiária, por meio de sistemas agroflorestais, práticas agroecológicas, uso de adubo orgânico e bioenergia, recuperação de áreas degradadas, com foco em apicultura e meliponicultura, e manejo integrado nos territórios.	181	1.1.3.P
8	Eixo IV - Transformação Ecológica	28 - Gestão de Resíduos e Economia Circular	Implementar gestão integrada de resíduos sólidos com economia circular, fortalecendo cooperativas e associações de catadores, logística reversa e compostagem. Criar ecopontos, biodigestores e centrais de reciclagem, com catadores remunerados, banir plásticos de uso único e promover embalagens retornáveis. Incentivar inovação em materiais recicláveis, capacitar setores para práticas sustentáveis e garantir fiscalização eficiente.	179	4.2.6 C
9	Eixo III - Justiça Climática	20 - Direitos Territoriais e Regularização Fundiária	Construir plano nacional de regularização fundiária e cogestão socioambiental de territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais e periféricas junto a um amplo sistema de áreas protegidas acelerando demarcação e homologação de territórios indígenas, titulação de territórios quilombolas, fiscalização e proteção contra crimes ambientais, e valorização do conhecimento ancestral.	177	3.5.1
10	Eixo I - Mitigação	7 - Mobilidade, Saneamento e Gestão Hídrica	Fomentar políticas públicas, com o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, visando melhorar a qualidade das bacias, tendo as sub-bacias como unidade territorial, promovendo a limpeza e despoluição dos rios.	173	1.10.6.P
11	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	38 - Estrutura Governamental e Institucional	Fortalecer os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) garantindo autonomia técnico-administrativa, recursos humanos e financeiros adequados, e enquadramento das carreiras ambientais como típicas de Estado, assegurando a execução das políticas públicas socioambientais, realizando concursos públicos, valorizando servidores ambientais nas três esferas de governo.	164	5.5.2/5.9.8.P
12	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	15 - Drenagem Urbana e Áreas Verdes	Implementar planos de macro e micro drenagem sustentável, a partir de infraestruturas verdes e azuis, como soluções baseadas na natureza, cidades esponja, contemplando dispositivos como jardins de chuva, espaços verdes, calçadas ecológicas, telhados verdes, bacias de infiltração, entre outros.	141	2.4.1/2.4.2/2.4.3/2.4.4.C
13	Eixo I - Mitigação	5 - Energia, Infraestrutura e Economia Sustentável	Implementar e ampliar áreas verdes no planejamento urbano com espécies nativas adequadas, criação de parques, corredores verdes, jardins de chuva e pavimentos permeáveis, fomentando parcerias e mecanismos financeiros para esse fim, incluindo revitalização das áreas degradadas com participação comunitária e soluções baseadas na natureza com foco na redução de ilhas de calor urbano (ICU)	136	1.2.1.P
14	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	10 - Fundo Orçamentário e Financiamento Climático	Criar fundos tripartites de emergência climática em todas as esferas de governo com mecanismo de controle social das comunidades sujeitas a impacto (priorizando os PI-PCTs) para fins de prevenção, preparação, resposta imediata e recuperação pós-desastres com recursos oriundos de financiamentos internacionais, orçamentos públicos e de empreendimentos causadores de impactos, para seres humanos e não humanos.	130	2.6.3.1.P
15	Eixo III - Justiça Climática	22 - Contrapartidas, Compensação Socioambiental e Responsabilidade Ambiental	Criar um sistema nacional de fundos climáticos federal, estadual, distrital e municipal, com governança participativa e deliberativa, para reparação de comunidades vulneráveis e afetadas, projetos de adaptação e preservação de áreas naturais, com foco em povos tradicionais, comunidades indígenas, catadores, vilas e favelas, organizações que trabalham na reabilitação e proteção de animais.	130	3.4.8

16	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	39 - Financiamento e Fundos Ambientais	Instituir um sistema nacional de financiamento permanente para educação ambiental destinado às organizações da sociedade civil e órgãos públicos, para projetos comunitários e educacionais, priorizando as ações alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável e ações de adaptação climática, assegurando a participação social na gestão.	129	5.6. 7
17	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	47 - Resíduos Sólidos	Fortalecer cooperativas e associações de catadores através de programas que garantam desoneração e isenção fiscal, acesso a recursos financeiros provenientes dos governos federal, estadual e municipal, melhoria da infraestrutura, acesso à logística reversa e à compostagem, além do pagamento por serviços ambientais prestados, promovendo condições dignas de trabalho e a redução dos impactos ambientais.	128	5.15.2P
18	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	46 - Governança Ambiental Descentralizada e Políticas Climáticas	Garantir a obrigatoriedade da criação de Política Municipal de Emergência Climática em todos os municípios, com criação de fundo municipal próprio e previsão de recursos no PPA.	124	5.14.5B
19	Eixo IV - Transformação Ecológica	27 - Transição agroecológica	Fortalecer políticas de apoio à agricultura familiar agroecológica com utilização de sementes crioulas na formação de estoques públicos, garantindo créditos subsidiados coerentes com diferentes realidades, assegurando assessoria técnica e Reforma Agrária Popular, com foco no cooperativismo, soberania alimentar, resiliência climática e geração de renda, reduzindo desmatamento e uso de agrotóxico.	118	4.1. 2
20	Eixo IV - Transformação Ecológica	28 - Gestão de Resíduos e Economia Circular	Implantar e fomentar a coleta seletiva de forma sistêmica, tendo como metas: fortalecer associações e cooperativas de catadores, incentivar a separação primária nas fontes geradoras, modernizar o sistema de coleta, implementar ecopontos e garantir os direitos e reconhecer a classe dos trabalhadores do setor.	118	4.2.1.1/4.2.2.1A
21	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	41 - Animais Silvestres e Domésticos	Estabelecer políticas restritivas de importação e exportação de animais vivos, reduzindo isenções fiscais e aumentando impostos e fiscalização, que sejam direcionados a um fundo voltado à proteção com a finalidade de desestimular essa atividade e proteger a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas.	116	5.8.3P
22	Eixo III - Justiça Climática	24 - Participação Social e Direitos Humanos	Garantir, nos licenciamentos ambientais, a consulta prévia, livre e informada e deliberativa, de povos e comunidades tradicionais e demais populações afetadas, em seus territórios, vinculando a aprovação de todas as etapas, com geração de trabalho e renda e formação profissional inclusiva e permanente, para reduzir impactos sociais, ambientais, culturais e violações de direitos humanos.	110	3.9.5.E
23	Eixo IV - Transformação Ecológica	32 - Recursos Naturais	Implementar projetos de turismo ecológico e turismo sustentável de base comunitária que promovam a cultura e biodiversidade local, sobretudo em regiões onde existem Unidades de Conservação, visando a geração de emprego, renda local e empoderamento de seus habitantes.	107	4.7.15.P
24	Eixo I - Mitigação	3 - Gestão Ambiental e Combate ao Desmatamento	Implementar e ampliar unidades de conservação da natureza, restaurando áreas degradadas com espécies nativas, protegendo mananciais e criando corredores ecológicos com gestão participativa, envolvendo as comunidades do entorno, e garantindo estrutura adequada para gestão e fiscalização ambiental.	106	1.8.7.P
25	Eixo IV - Transformação Ecológica	32 - Recursos Naturais	Priorizar, com recursos provenientes das três esferas de governo, o cuidado dos territórios de mananciais, fiscalizando as atividades que possam estar alterando a qualidade da água que é considerada pela soberania e segurança alimentar, alimento de primeira necessidade.	105	4.7.N
26	Eixo I - Mitigação	2 - Recuperação e Reflorestamento	Estruturar e fomentar as cadeias produtivas para a restauração dos biomas, articulando o poder público, setor privado e comunidades por meio do incentivo a coleta de sementes, criar viveiros de mudas, plantio com sistemas de agrovilas com pagamentos por serviços ambientais e incentivos fiscais para serem utilizados no reflorestamento e em áreas verdes urbanas	102	1.9.3.2
27	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	36 - Políticas Públicas, Formação Profissional e Governança Ambiental	Implementar e fortalecer a EA de forma obrigatória em todos os níveis de ensino e espaços educativos formais e não formais, com transversalidade e abordagem prática, participação popular, recursos adequados, formação continuada de profissionais, valorização de saberes ancestrais e planos, programas e projetos de EA nos municípios, alinhados com a PNEA e aos ODS, criando mecanismos de controle.	102	5.13.7.P
28	Eixo I - Mitigação	7 - Mobilidade, Saneamento e Gestão Hídrica	Implantar Cidades Esponja nos Planos Diretores de Drenagem, com foco na garantia da segurança hídrica e participação comunitária.	98	1.10.3.C
29	Eixo III - Justiça Climática	25 - Povos Tradicionais e Indígenas	Valorizar os saberes e práticas socioambientais na adaptação climática e na produção sustentável dos povos indígenas, quilombolas, de terreiro e dos povos e comunidades tradicionais, assegurando a criação de política pública de Estado no enfrentamento das emergências climáticas com recursos do orçamento da União.	97	3.3.3.P
30	Eixo IV - Transformação Ecológica	31 - Mobilidade e Planejamento Urbano	Implementar políticas de infraestrutura verde urbana com criação e manutenção de parques lineares, corredores verdes, agricultura urbana, ciclovias, plano estratégico de arborização com espécies nativas, mitigação de ilhas de calor, mapeamento de áreas públicas para renaturalização, promoção de educação ambiental e garantia de acesso da população a espaços verdes - Soluções baseadas na Natureza.	96	4.6.3.P
31	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	36 - Políticas Públicas, Formação Profissional e Governança Ambiental	Fortalecer a educação ambiental e a governança territorial por meio da criação de programas nacionais de agentes comunitários de educação ambiental, promovendo práticas sustentáveis, mobilização social e garantia de direitos trabalhistas.	95	5.9.1.P

32	Eixo I - Mitigação	7 - Mobilidade, Saneamento e Gestão Hídrica	Diversificar os modais para transporte de carga e mobilidade urbana coletiva, baseado em combustíveis renováveis por meio de criação de políticas públicas para volta do trem de passageiros, estimulando a mobilidade ativa e acessível universal, integrando os diversos modais rumo à tarifa zero, criando as rotas num único aplicativo e orientando os municípios à luz do Plano de Mobilidade Nacional.	94	1.7.2.A
33	Eixo IV - Transformação Ecológica	26 - Agroecologia e Agricultura Familiar	Reduzir o uso de agrotóxicos com legislação e fiscalização rigorosa, proibição da pulverização aérea e inclusão de informações na rotulagem dos alimentos, incentivo aos bioinsumos on farm, ATER, promoção da agroecologia com incentivos fiscais, alimentação saudável, proteção às sementes crioulas e práticas regenerativas, certificação participativa, integrando à educação ambiental.	94	4.1.13E
34	Eixo I - Mitigação	4 - Resíduos, Emissões e Descarbonização	Fortalecer no país a coleta seletiva trifásica (seco/úmido/rejeito), bem como o tratamento adequado dos resíduos e gases produzidos, com metas, incentivos, fiscalização, responsabilização inclusão e remuneração justa de catadores, ecopontos, educação ambiental e planos de ação setoriais.	93	1.5.4
35	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	42 - Participação Social e Transparência	Criar comitês com participação paritária entre governo e sociedade civil, com integração de conselhos e instituições voltados a governança ambiental, ampliando a sua transparência e participação popular, realizando Fóruns de educação ambiental e proteção animal apoio a comunidades tradicionais e agricultores familiares com destinação de recursos públicos a sua criação e manutenção.	93	5.11.2.1P
36	Eixo IV - Transformação Ecológica	28 - Gestão de Resíduos e Economia Circular	Erradicar lixões em todo o país, com recuperação das áreas degradadas, universalizando a coleta seletiva com catadores remunerados e implantando infraestrutura para tratamento e reciclagem de resíduos, com planos de financiamento e para assegurar a segurança do trabalho e saúde integral dos catadores e catadoras.	88	4.2.5 C
37	Eixo IV - Transformação Ecológica	33 - Tecnologia e Inovação	Investir em pesquisa e desenvolvimento visando a transformação ecológica, como energias limpas, alternativas vegetais, incluindo a cannabis, como alternativa ao plástico, bioeconomia, fitorremediação de áreas degradadas e descarbonização, fazendo o uso de tecnologias inovadoras e inteligência artificial, com integração em planos setoriais para uma transição ecológica justa.	88	4.8.8/4.8.1A
38	Eixo I - Mitigação	4 - Resíduos, Emissões e Descarbonização	Fortalecer em nível nacional o sistema integrado de gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a redução, reutilização e reciclagem (com metas para indústria e municípios), coleta seletiva inclusiva em todo território nacional e destinação adequada para aterros com incentivo de produção de biogás.	87	1.5.1
39	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	8 - Planejamento Urbano e Infraestrutura	Revisar o Estatuto da Cidade para adequá-lo à realidade climática, integrando leis ambientais ao planejamento urbano, combatendo a especulação imobiliária, gentrificação e expansão desordenada, garantindo moradia popular em áreas consolidadas e promovendo planos de arborização e zoneamento ecológico-econômico, com apoio técnico e financeiro do Governo Federal aos municípios.	86	2.10.10
40	Eixo III - Justiça Climática	19 - Atores Sociais e Comunidades Tradicionais	Reconhecer e fortalecer as cooperativas, associações de catadores e catadores individuais de reciclagem, com contratação e remuneração justa pela coleta seletiva, triagem e educação ambiental, garantindo sua estrutura com tecnologias sustentáveis, reuso de água e energia renovável e criação de política nacional que valorize seus saberes, trabalho e papel estratégico na justiça climática.	86	3.2.2.P
41	Eixo I - Mitigação	6 - Tecnologia, Inovação e Bioeconomia	Regulamentar e fomentar a pesquisa e o uso sustentável da Cannabis, e outras espécies e micro-organismos nativos para fins terapêuticos, nutricionais e industriais, promovendo a economia regenerativa e a conservação da agrobiodiversidade.	85	1.11.3.P
42	Eixo I - Mitigação	3 - Gestão Ambiental e Combate ao Desmatamento	Criar instrumentos efetivos para implementar políticas de Pagamento por Serviços Ambientais e por Serviços Ecosistêmicos, tais como créditos de carbono, turismo sustentável de base comunitária, garantindo dotação orçamentária, conservação de florestas e vegetação nativa, valorização da agricultura familiar, agroecologia, recuperação ambiental, produção consciente de alimentos e práticas regenerativas.	85	1.6.7.P
43	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	8 - Planejamento Urbano e Infraestrutura	Integrar os Planos de Mudanças Climáticas aos de Habitação e de Risco, exigindo sua elaboração até 2035 para acesso a recursos, com foco em justiça climática, infraestrutura adaptativa, soluções baseadas na natureza, moradias em áreas elevadas ou adaptadas a cheias, instrumentos econômicos, mapeamento de riscos, realocação de famílias e requalificação de áreas desocupadas.	85	2.10.4.B
44	Eixo IV - Transformação Ecológica	32 - Recursos Naturais	Regulamentar a Lei 14.119/2021 (Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais), até 2026, para promover a conservação e restauração da biodiversidade de forma integrada com o desenvolvimento econômico, garantindo a manutenção dos ecossistemas naturais a partir de investimentos e políticas públicas que reconheçam o benefício socioambiental e econômico da conservação da natureza e seus serviços ecosistêmicos.	84	4.7.9.P
45	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	47 - Resíduos Sólidos	Criar e implementar o Programa Nacional de Coleta Seletiva, que integre o fortalecimento de cooperativas e associações de catadores e educação ambiental para engajamento da população, criação de Ponto de Entrega Voluntária (PEV) e sistemas de coleta em áreas isoladas, moeda verde, além de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de mapeamento da coleta seletiva.	84	5.15.1P
46	Eixo I - Mitigação	1 - Agricultura Sustentável e Sistemas Agroflorestais	Criar linha de crédito em todo o país para a produção agroecológica e o agroextrativismo sustentável, com apoio técnico, financeiro e de mercado, priorizando a recuperação e a conservação ambiental, a valorização de sementes crioulas, a agricultura familiar e tradicional, e a promoção da resiliência e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no setor agropecuário.	83	1.1.5.P

47	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	49 - Tecnologia, Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento	Criar uma rede nacional de monitoramento participativo das águas, baseada na ciência cidadã com foco na resiliência ecológica e prevenção de desastres, integrando: ações emergenciais, sensores de baixo custo, centros de pesquisa, políticas públicas articuladas e dados produzidos por vários órgãos de governo e pesquisa com banco de dados com acesso livre	82	5.12.1C
48	Eixo I - Mitigação	1 - Agricultura Sustentável e Sistemas Agroflorestais	Fomentar a agricultura sustentável, prioritariamente criando e aprimorando linhas de crédito, em nível nacional, investindo em tecnologias mitigadoras e adaptadas, e apoiando a transição para produção agroecológica com menor impacto ambiental, por meio de práticas como plantio direto, rotação de culturas e agricultura orgânica, a partir do aumento de capacitação e suporte técnico continuados aos produtores.	81	1.1.1.P
49	Eixo III - Justiça Climática	23 - Saúde, Educação e Segurança Alimentar	Criar Fundo de Compensação Climática financiado por taxas de grandes empreendimentos, que causem impactos socioambientais, com gestão participativa, para financiamento e gestão de projetos de educação ambiental e adaptação, como infraestrutura resiliente, segurança alimentar e eficiência energética, e apoio direto a comunidades impactadas por eventos extremos, priorizando territórios vulnerabilizados.	80	3.9.3.E
50	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	13 - Recuperação e Reflorestamento	Estabelecer e executar planos de recuperação e/ou conservação dos recursos hídricos em nascentes, áreas alagadas, áreas de recarga e reflorestamento de matas ciliares, promover o desassoreamento e acesso sustentável à água, combate à poluição e, ampliando o saneamento com fossas sépticas e sistemas de fiscalização com participação social.	79	2.13.6.E
51	Eixo IV - Transformação Ecológica	26 - Agroecologia e Agricultura Familiar	Promover a agroecologia e produção orgânica, garantindo a implementação e integração de políticas públicas fortalecendo a organização social e produtiva, com foco na biodiversidade, SAN, inclusão social, farmácia verde, cannabis medicinal e industrial, agroindústria familiar e economia circular, PSA, acesso a crédito e mercados justos para agricultura familiar e comunidades tradicionais	79	4.1.1A
52	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	37 - Educação Ambiental Comunitária, Saberes Tradicionais e Práticas Sustentáveis	Implementar políticas públicas de educação ambiental e gestão de riscos para povos e comunidades tradicionais, com elaboração participativa de planos de contingência territorializados, capazes de responder efetivamente às ameaças socioambientais e econômicas identificadas em cada região.	78	5.1.4 - P
53	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	48 - Preservação Ambiental e Recuperação	Regulamentar a implementação e fortalecimento das secretarias municipais ou institutos de meio ambiente, com orçamento próprio, com profissionais com formação ambiental concursados, com conselho gestor deliberativo com participação da sociedade civil, que garanta a fiscalização, proposição de ações mediante projetos e transparência na aplicação de recursos.	78	5.5.8P
54	Eixo III - Justiça Climática	17 - Agricultura Familiar e Saneamento Básico	Implantar poços artesanais e reservatórios, garantindo mecanismos de tratamento de água, e funcionando à base de energia solar, em comunidades isoladas e ribeirinhas, com gestão participativa, possibilitando o acesso pleno e universal à água potável.	77	3.10.3
55	Eixo III - Justiça Climática	17 - Agricultura Familiar e Saneamento Básico	Promover a agricultura familiar com apoio financeiro, editais, isenções e tecnologias sociais, incentivando agroindústrias sustentáveis, hortas comunitárias, feiras locais e o consumo de produtos regionais, garantindo acesso à água potável, ATER, recuperação de áreas degradadas, permanência das famílias no campo e fortalecimento da autonomia.	76	3.1.1
56	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	43 - Planejamento e Políticas Públicas	Aprimorar planejamentos municipais de todo o país, atualizando o Estatuto das Cidades e integrando os planos diretores aos ODS, à saúde única e aos planos de adaptação climática, ampliando a participação social, condicionando o acesso aos recursos federais ao cumprimento de metas e aplicando sanções ao caso de descumprimento.	76	5.13.3
57	Eixo III - Justiça Climática	25 - Povos Tradicionais e Indígenas	Promover justiça social climática com políticas públicas integradas que assegurem recursos, demarcação, direitos territoriais, participação ativa e proteção de povos indígenas, quilombolas, de terreiro e dos povos e comunidades tradicionais, com valorização de seus saberes, gestão hídrica, agroecologia, economia solidária, energias renováveis, recuperação ambiental e mapeamento dos impactos ambientais.	75	3.3.5.P
58	Eixo III - Justiça Climática	20 - Direitos Territoriais e Regularização Fundiária	Garantir o direito à moradia digna, reforçando o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o programa Minha Casa Minha Vida, utilizando instrumentos de aplicação da função social da propriedade, a fim de que esses projetos tenham sustentabilidade e mitiguem o impacto dos extremos climáticos.	75	3.5.5
59	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	11 - Monitoramento de Riscos e Mapeamento	Realizar mapeamento participativo de riscos ambientais e climáticos em territórios quilombolas, favelas, dos povos originários e comunidades urbanas e tradicionais com consulta livre, prévia e informada, priorizando territórios vulnerabilizados, lideranças femininas e destinação de recursos para prevenção, permanência e segurança, com financiamento para equipamentos e treinamentos comunitários.	73	2.9.5
60	Eixo IV - Transformação Ecológica	27 - Transição agroecológica	Implementar programa de transição agroecológica para agricultores familiares, substituindo a pecuária convencional pela de baixo impacto com incentivos fiscais, crédito subsidiado, pagamento por serviços ambientais, apoio técnico, utilização de resíduos, visando reduzir as emissões do setor agropecuário e alcançar a neutralidade climática, priorizando justiça social e soberania alimentar.	73	4.1. 17
61	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	11 - Monitoramento de Riscos e Mapeamento	Mapear continuamente áreas de risco climático e ambiental, articulando governos e comunidades, com sinalização, sistemas de alarme, planos de emergência, controle urbano, rede de monitoramento com dados públicos, aplicativo acessível à comunidade e profissionais, protocolos estruturados e capacitação técnica.	71	2.9.4

62	Eixo IV - Transformação Ecológica	29 - Infraestrutura Sustentável	Assegurar incentivos fiscais (municipais, estaduais e federais), para a promoção de ações com justiça climática da infraestrutura urbana e rural, por meio de soluções baseadas na natureza e de circularidade, planejamento habitacional, saneamento, revitalização urbana e criação de parques ecológicos, estradas e rodovias (incluindo asfaltamento ecológico), além da taxação de grandes emissores.	71	4.3.2
63	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	12 - Engajamento Comunitário e Defesa Civil	Criar Programa Nacional de Brigadistas e Agentes Comunitários de Emergência Climática, remunerado e equipado com tecnologias locais, capacitando-os para prevenção de desastres, denúncia de irregularidades ambientais e resposta a emergências, integrado com sistemas de alerta precoce e ações específicas em regiões críticas.	70	2.3.2
64	Eixo IV - Transformação Ecológica	28 - Gestão de Resíduos e Economia Circular	Fortalecer a reciclagem como eixo central dos sistemas de gestão integrada de resíduos, com esforços municipais conjuntos com a inclusão dos catadores via associações ou cooperativas remuneradas, com incentivos fiscais para implantação de usinas de reciclagem, compostagem e biodigestores, transformando resíduos em matéria prima com foco em lixo zero e geração de renda	70	4.2.13 C
65	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	42 - Participação Social e Transparência	Garantir Resgatar a obrigatoriedade do Orçamento Participativo, com ênfase nas políticas socioambientais e climáticas por meio da criação de mecanismos participativos nos níveis nacional, estadual e municipal, assegurando recursos para ao enfrentamento da emergência climática, revertendo a lógica da gestão ambiental pública moldada pelo sistema capitalista.	70	5.11.12P
66	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	14 - Tecnologia e Capacitação	Recalcular e adequar os sistemas de extravasamento de águas pluviais das barragens de rejeitos de mineração e seus taludes aos eventos extremos de chuvas e às erosividades, considerando a não estacionariedade e cenários futuros de mudança do clima e disponibilizar os critérios, projetos, cálculos e informações de fiscalização e monitoramento em tempo real e de forma irrestrita para a sociedade.	69	2.2.4.P
67	Eixo III - Justiça Climática	20 - Direitos Territoriais e Regularização Fundiária	Assegurar a regularização fundiária em territórios envolvendo povos e comunidades tradicionais e periféricas e a regularização fundiária urbana e rural de interesse social (REURB's) em territórios, com participação popular assegurando o direito à cidade por meio da criação de Zonas Especiais de Interesse Social, o direito à natureza e reduzindo o risco em regiões críticas.	69	3.5.9
68	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	47 - Resíduos Sólidos	Garantir a gestão sustentável de resíduos sólidos com planos integrados, infraestrutura para reciclagem, mapeamento socioambiental, estruturação de redes comerciais, PSA e ed. ambiental. Criar fundo de apoio aos catadores para promover compostagem, PEV, inclusão socioproductiva de catadores, campanhas educativas e participação social na fiscalização, promovendo gestão sustentável com transparência.	69	5.15.4P
69	Eixo I - Mitigação	6 - Tecnologia, Inovação e Bioeconomia	Subsidiar e difundir tecnologias limpas e sustentáveis, soluções baseadas na natureza, energias renováveis e saneamento para comunidades vulneráveis, incentivando o aproveitamento de biomassa e biogás para mitigar impactos emissões de GEE, gerar renda e valorizar saberes tradicionais, populares e inovações sociais.	68	1.11.1.P
70	Eixo I - Mitigação	5 - Energia, Infraestrutura e Economia Sustentável	Implementar um plano nacional de construção sustentável para que empreendimentos adotem energias renováveis, materiais ecológicos e técnicas de eficiência energética e hídrica, com incentivos fiscais e parcerias público-privadas fomentando a pesquisa e inovação, priorizando o uso de insumos sustentáveis nacionais, redução de emissões, gestão de resíduos e inclusão de comunidades tradicionais.	66	1.2.2.P
71	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	13 - Recuperação e Reflorestamento	Fomentar a recuperação de Áreas Protegidas e ecossistemas degradados com soluções baseadas na natureza, sistemas agroflorestais, drenagem, viveiros florestais de espécies nativas, corredores ecológicos e áreas verdes, priorizando territórios vulneráveis e fornecendo assistência técnica.	65	2.13.1.P
72	Eixo IV - Transformação Ecológica	31 - Mobilidade e Planejamento Urbano	Estabelecer editais para fomentar o uso de áreas urbanas ociosas em projetos de agroecologia integrados à economia solidária, promovendo hortas periurbanas e comunitárias, bosques e reflorestamento, compostagem, cozinhas e feiras agroecológicas, fortalecendo a biodiversidade, a segurança alimentar, a geração de renda e a inclusão de comunidades marginalizadas na transformação ecológica.	64	4.6.1
73	Eixo III - Justiça Climática	18 - Saúde Pública e Participação Popular	Estimular a criação e o desenvolvimento de cooperativas populares de trabalho com Cannabis sativa L./maconha e cânhamo em todo o território nacional para fins medicinais, nos empreendimentos autorizados após avaliação de impacto do cultivo dessa espécie exótica de rápido crescimento e pouco espaçamento, como forma de geração de renda, inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável.	63	3.7.3.P
74	Eixo IV - Transformação Ecológica	32 - Recursos Naturais	Fortalecer os Planos de Recuperação de APPs a partir das diretrizes do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação nativa, incluindo a participação de povos e comunidades tradicionais com a restauração e recuperação de nascentes, criação de corredores ecológicos, sem uso de agrotóxicos no processo, e com reconhecimento das especificidades de cada bioma, com vistas à aprovação do PLC 120/2024.	63	4.7.12.P
75	Eixo IV - Transformação Ecológica	28 - Gestão de Resíduos e Economia Circular	Implementar e estruturar usinas de compostagem municipais, capacitando cooperativas e associações para fazer seu gerenciamento, fortalecendo a economia solidária gerando emprego e renda.	62	4.2.13 D
76	Eixo III - Justiça Climática	18 - Saúde Pública e Participação Popular	Implementar uma política nacional de justiça climática, fortalecendo o papel da sociedade civil, juventude e mulheres, através do acesso à informação e espaços decisórios sobre a emergência climática e da formação de agentes transformadores locais para a participação ativa na transformação ecológica e promoção de justiça socioambiental.	61	3.7.1.P

77	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	15 - Drenagem Urbana e Áreas Verdes	Implementar e garantir mecanismos de execução da PNAU (Política Nacional de Arborização Urbana), nos processos de revisão dos planos diretores municipais, incentivando a criação de corredores ecológicos, florestas urbanas, priorizando e fomentando a justiça climática.	60	2.1.2.B/2.1.1.B
78	Eixo IV - Transformação Ecológica	26 - Agroecologia e Agricultura Familiar	Implementar e fortalecer programas de Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica continuada para agricultores familiares, povos originários e comunidades tradicionais, garantindo o fomento produtivo e a redução de agrotóxicos com aumento de impostos para esses produtos, além de programas de capacitação agroecológica.	60	4.1.3P
79	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	43 - Planejamento e Políticas Públicas	Assegurar o acesso multinível de recursos financeiros e políticas do pagamento por serviços ambientais para prestadores de serviços socioambientais urbanos e rurais, priorizando agricultores familiares, pequenos e médios produtores rurais, catadores, favelados e periféricos, comunidades tradicionais e povos originários por meio de incentivos, assistência técnica e educação ambiental.	60	5.14.2
80	Eixo I - Mitigação	5 - Energia, Infraestrutura e Economia Sustentável	Combater as queimadas e o desmatamento por meio da conscientização da população, da criação de projetos queimadas zero e de legislação que restrinja o uso do fogo nas práticas agrícolas, fortalecendo as instituições de fiscalização e combate às queimadas e ao desmatamento nos municípios.	59	1.4.8.P
81	Eixo I - Mitigação	4 - Resíduos, Emissões e Descarbonização	Fortalecer a inclusão dos catadores na gestão de resíduos, com capacitação e infraestrutura, por intermédio de parcerias públicas privadas com os catadores.	58	1.5.5
82	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	12 - Engajamento Comunitário e Defesa Civil	Fortalecer defesas civis com ampliação de efetivos, capacitação, desenvolvimento de metodologias, modernização de equipamentos e sistemas de alertas, implementando núcleos comunitários, brigadas e planos de contingência, priorizando regiões vulneráveis, estruturando secretarias e fortalecendo o programa educativo da defesa civil nas escolas.	58	2.3.3.A
83	Eixo III - Justiça Climática	19 - Atores Sociais e Comunidades Tradicionais	Oferecer qualificações técnicas às juventudes e juventudes estendidas periféricas, negras, LGBTQIAP+, PCDs e de PCTs para prevenção e resposta a desastres ambientais, tecnológicos e as injustiças climáticas, fortalecendo a autonomia, a organização política e a resiliência das comunidades para proteção da vida.	58	3.3.2.P
84	Eixo III - Justiça Climática	24 - Participação Social e Direitos Humanos	Destinar recursos para promover ações de reparação socioambiental, inclusão social e geração de renda, com capacitação de grupos vulnerabilizados, com uso sustentável da cannabis para recuperação de solos, incentivo à economia solidária e promover estudos sobre racismo ambiental.	57	3.9.4.C
85	Eixo I - Mitigação	2 - Recuperação e Reflorestamento	Definir mecanismos de financiamento federal diretamente aos municípios, via fundos ambientais locais, destinados obrigatoriamente à recuperação de áreas degradadas, nascentes e mananciais, com foco em restauro ecológico produtivo, recarga de aquíferos, compostagem e reciclagem comunitária, garantindo transparência na aplicação e participação social no planejamento.	55	1.9.5.D
86	Eixo V - Governança e Educação Ambiental	38 - Estrutura Governamental e Institucional	Regulamentar o exercício da profissão de gestor ambiental, guarda-parque, agente ambiental indígena e outras profissões correlatas da área ambiental, promovendo a formação continuada e assegurando infraestrutura administrativa e financeira, especialmente em áreas vulneráveis, proteção ambiental e educação das comunidades locais.	54	5.9.5D
87	Eixo III - Justiça Climática	25 - Povos Tradicionais e Indígenas	Garantir a participação ativa de povos indígenas, quilombolas, de terreiro e dos povos e comunidades tradicionais na governança climática, assegurando consulta prévia, livre e informada, com instância governamental para acolhimento de denúncias e proteção de ativistas socioambientais e pequenos produtores.	53	3.3.4.P
88	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	8 - Planejamento Urbano e Infraestrutura	Adotar políticas que limitem a expansão urbana de maneira desordenada, expansões portuárias e imobiliárias, além de promover a urbanização com base em soluções baseadas na natureza como a cidade-esponja, com a adoção de critérios como pavimentos de revestimentos porosos, tetos-verdes, jardins de chuvas, valas de infiltração e bueiros ecológicos.	52	2.10.2
89	Eixo I - Mitigação	3 - Gestão Ambiental e Combate ao Desmatamento	Fomentar a implantação de sistemas de energia solar em telhados e áreas de agricultores familiares além da adoção em prédios públicos e propriedades rurais promovendo renda, eficiência energética e alinhamento às metas climáticas.	52	1.3.3.P
90	Eixo III - Justiça Climática	17 - Agricultura Familiar e Saneamento Básico	Assegurar territórios livres de agrotóxicos, com assistência técnica e extensão rural, melhoria da qualidade de vida e o bem viver, reduzindo o êxodo rural e promovendo a diversidade produtiva nas comunidades.	50	3.1.6
91	Eixo III - Justiça Climática	17 - Agricultura Familiar e Saneamento Básico	Impulsionar a agroecologia, a pesca artesanal, a agricultura familiar e urbana, e as culturas tradicionais e originárias, através do apoio institucional, com infraestrutura produtiva, promovendo escoamento da produção, acesso a fundos ambientais e reforçar a implementação de leis que garantam seus direitos.	49	3.1.5
92	Eixo IV - Transformação Ecológica	26 - Agroecologia e Agricultura Familiar	Viabilizar a agroecologia com acesso desburocratizado a crédito, assistência técnica e mercados para agricultores familiares, povos originários e comunidades tradicionais, incentivando sistemas agroecológicos e reduzindo agrotóxicos, com proibição nas áreas circunvizinhas, através de políticas públicas integradas, e com prioridades para práticas que promovam segurança hídrica, alimentar e climática.	48	4.1.9D
93	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	14 - Tecnologia e Capacitação	Desenvolver e promover tecnologias para recuperação e proteção de fontes de água naturais, barragens convencionais e subterrâneas, reservatórios, adutoras, e poços artesianos com dessalinizadores, quando necessário, além de tecnologias sociais para captação e armazenamento da água da chuva, como cisternas de primeira e segunda água para garantir a segurança hídrica em zonas rurais e urbanas.	46	2.2.1.P

94	Eixo IV - Transformação Ecológica	28 - Gestão de Resíduos e Economia Circular	Instituir um Projeto Nacional de bolsa de resíduos e simbiose industrial com foco na economia circular em parques industriais (incluindo cooperativas, associações de catadores de materiais recicláveis), fomentando plataformas colaborativas, incentivando o reaproveitamento de resíduos e materiais reciclados para inovação socioambiental, com investimento de fundos ou incentivo fiscal.	46	4.2.11 E
95	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	15 - Drenagem Urbana e Áreas Verdes	Implementar incentivos fiscais (tais como IPTU verde, pagamentos por serviços ambientais, entre outros), fomentando a adoção de infraestruturas verdes em áreas urbanas e rurais, visando aumentar a resiliência aos eventos extremos climáticos.	44	2.1.3.P
96	Eixo IV - Transformação Ecológica	27 - Transição agroecológica	Criar um programa de bioeconomia por biomas que reúna sistemas produtivos agroecológicos rurais, urbanos e periurbanos, fortalecendo cadeias da sociobiodiversidade, conectando agricultores, povos originários e comunidades tradicionais a mercados via plataforma digital, gerando renda e soberania alimentar e energética.	44	4.1. 4
97	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	9 - Planos de Contingência e Gestão de Riscos	Fomentar políticas de resposta imediata por meio do sistema nacional de alerta precoce, com elaboração participativa de planos de gestão territorial resilientes, mapeamento de risco, comunicação acessível, infraestrutura urbana adaptada, evacuação emergencial com abrigos definidos e prioridade a grupos socialmente vulneráveis.	41	2.11.10.B
98	Eixo III - Justiça Climática	18 - Saúde Pública e Participação Popular	Instalar bebedouros públicos com água potável e fontes de água tratada no centro das cidades, comunidades, favelas, periferias e zonas rurais para garantir o direito à água à população, e enfrentar o desconforto térmico principalmente das populações vulnerabilizadas.	41	3.11.1.P
99	Eixo I - Mitigação	6 - Tecnologia, Inovação e Bioeconomia	Promover a bioeconomia e a geração de renda com desenvolvimento de produtos oriundos da sociobiodiversidade e agroecologia, valorizando os saberes populares por meio de suporte e apoio à formação de novos negócios com incubadoras e aceleradoras.	39	1.11.6
100	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	16 - Gestão Hídrica e Legislação	Fortalecer políticas públicas de convivência com as secas e combate a incêndios florestais, com efetivação das leis ambientais, punições a incêndios criminosos, ampliação da fiscalização em áreas de reserva e ações preventivas com envolvimento comunitário e agentes públicos para proteção dos biomas.	38	2.8.6
101	Eixo I - Mitigação	4 - Resíduos, Emissões e Descarbonização	Ajustar a lei do Fundo de participação dos municípios de modo a vinculá-los à comprovação pelos municípios de ações de mitigação.	37	1.6.9
102	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	12 - Engajamento Comunitário e Defesa Civil	Implantar unidades locais de monitoramento climático em áreas urbanas e rurais, com estações meteorológicas e centros de análise de risco, elaborando planos de gestão e contingência com participação das comunidades e foco em áreas de vulnerabilidade socioambiental, garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência.	34	2.9.14
103	Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres	9 - Planos de Contingência e Gestão de Riscos	Implantar e aperfeiçoar o programa nacional de prevenção e combate a incêndios com planos de manejo Integrado do fogo (PMIF) que respeitem o uso tradicional por comunidades, articulados a sistemas de monitoramento, brigadas fortalecidas, campanhas de sensibilização da população, canais ágeis de resposta, suporte técnico e sanções progressivas aos responsáveis, conforme a Lei nº 14.944/2024.	34	2.11.2.P
104	Eixo IV - Transformação Ecológica	27 - Transição agroecológica	Fomentar o bioenvolvimento rural, periurbano e urbano com políticas que fortaleçam o cooperativismo, a regularização fundiária e transição agroecológica para a regeneração de áreas degradadas em bacias hidrográficas, contribuindo para a sucessão familiar no campo e ampliando o acesso a crédito subsidiado para a agricultura familiar de base agroecológica.	34	4.1. 5. P + 4.1.7.B